

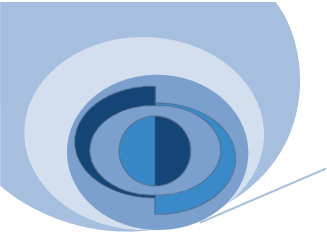
**Segunda reunião da Câmara Temática de Florestas, Agropecuária e
Biodiversidade do Fórum Brasileiro de Mudança Climáticas**

Reunião do dia 27 de abril de 2017, na sede no Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento, em Brasília - DF.

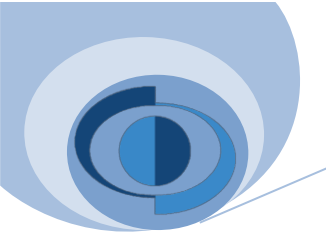


Presentes:

Instituição	Nome
FBMC – Secretário Executivo	Alfredo Sirkis
MCTIC	Régis Rathmann
CNI	Mario Cardoso



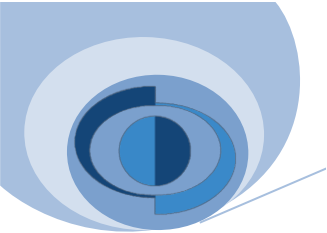
Carta de Belém	Iara P. Oliveira
Carta de Belém	André Dallagnol
Greenpeace	Pedro Telles
Fundação Solidaridad	Joyce Brandão
Apoiadora Câmara Temática	Rafaela Bergamo
WWF Brasil	Maurício Voivodic
Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura	Luana Maia
IDESAM	Mariano Cenamo
Centro Clima	Carolina Dubeux
FIEP Paraná	Patricia Charvet
Ministério do Meio Ambiente	Leticia Guimarães
Ministério do Meio Ambiente	Jair Schmitt
IMAFLORA	Vinicius Guidotti de Faria
Divisão de Mudança do Clima - Itamaraty	Luiz de Andrade Filho
Fundação Amazônia Sustentável	Victor Salviati
CNA	Nelson Ananias Filho
Carta de Belém	Camila Monteiro B. Oliveira
CNI	Rafaela Aloise de Freitas
Carta de Belém	Luz Gonzalez



Carta de Belém	Mauren Santos
Fórum de Base Florestal	Adelaide de Fátima G. Oliveira
Agroicone	Rodrigo Lima
EMBRAPA	Giampaolo Pellegrini
Fundação Amazônia Sustentável	Virgílio Viana
Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) UFMG	Juliana Leroy Davis
WRI Brasil	Juliana Speranza
Centro Brasil no Clima	Sally Janzen

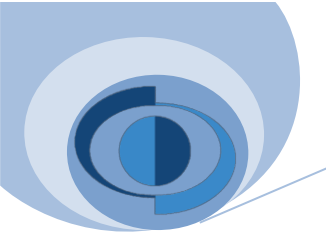
A segunda reunião da Câmara Temática (CT) foi dedicada à apresentação de estudos relevantes para formar a base da discussão e de referências da Câmara.

- Caroline Dubeux apresentou o estudo do IES-BRASIL sobre "Implicações Econômicas e Sociais dos Cenários de Mitigação das Emissões de GEE no Brasil até 2030". O modelo utilizou três cenários: um cenário de plano governamental (CPG) (incluindo medidas já previstas) e dois cenários com diferentes níveis de medidas adicionais de mitigação (MA1 e MA2) em vários setores. Estes cenários foram diferenciados ainda mais, criando cenários de mitigação com e sem taxa global de carbono de US\$ 20/tCO₂ e US\$ 100/tCO₂ para MA1 e MA2 respectivamente. O estudo conclui que, em cenários sem taxa global de carbono, o PIB brasileiro é ligeiramente aumentado com medidas de mitigação em relação ao CPG; cenários com um imposto global sobre o carbono, em vez disso, experimentam um menor aumento do PIB em relação ao CPG. A taxa de desemprego é menor em todos os cenários de mitigação do que no CPG. Os custos envolvidos nas medidas de mitigação entre 2015 e 2030 estão



estimados em R\$ 99 bilhões e R\$ 372 bilhões para MA1 e MA2, respectivamente. A taxa de investimento e o investimento total são previstos diminuir ligeiramente nos cenários de mitigação. Enquanto o saldo comercial permanece 1,5% abaixo do PIB em cenários sem taxa de carbono, o saldo é igual ou mesmo dobrado em relação ao CPG nos cenários de tributação global de carbono de MA1 e MA2. O estudo também mostra que a emissão de gases de efeito estufa pode ser reduzida e o PIB aumentado. Em comparação com o CPG, as medidas de mitigação podem reduzir as emissões de 21,7 e 38,5% em MA1 e MA2.

- A segunda apresentação do estudo "Opções de Mitigação dos Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil" expandiu especificamente as opções para agricultura, florestas e outros usos do solo. O estudo utilizou uma plataforma integrada para modelar o uso do solo e as emissões no Brasil no tempo, comparando dois cenários: um cenário base e um cenário de baixo carbono. As medidas examinadas para viabilizar a transição para o cenário de baixo carbono são: agricultura de baixo carbono, florestas plantadas, redução do desmatamento, intensificação da pecuária e o restabelecimento das florestas. O estudo mostra que a redução do desmatamento e da intensificação da pecuária tem o maior potencial para reduzir as emissões. Em geral, os resultados do estudo mostram que as emissões até 2030 serão 17% menores em cenários de baixa emissão de carbono (seguindo o Código Florestal e metas de redução de emissões) do que no cenário de referência.
- Giampaolo Pellegrini da EMBRAPA apresentou o estudo 'Brasil 2040, Adaptação às mudanças do clima', analisando especialmente os resultados de 'Cenários e Alternativas' no setor de Agricultura. O estudo simulou mudanças na agricultura e pecuária em cenários de mudanças climáticas e comparou as culturas em 2040 com as condições atuais. O estudo identificou diferenças de áreas legais agricultáveis sob baixo risco climático em todo o Brasil. Rodrigo



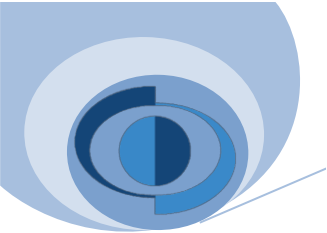
Lima da Agroicone continuou a apresentação com os "Impactos sobre a Agricultura Brasileira". Ele apresentou a variação esperada na produção entre 2010 e 2040 em cenários de referência: 132% para grãos e oleaginosas; 100% para farelo e óleo de soja; 56% para o açúcar e 26% para o etanol; 57% para carne de frango, suína e bovina; 94% para a produção de leite. Diferentes impactos em todo o país serão experimentados. Enquanto a área de produção de soja sob alto risco climático aumentará para 10,7 milhões de hectares até 2040, a área de produção de feijão deverá aumentar. A produção de cana-de-açúcar diminuirá no estado de São Paulo e, aumentará no sul do país. Este deslocamento não é importante a nível nacional, mas terá impactos significativos em nível local.

- O último estudo apresentado foi o contratado pelo BID e Ministério do Meio Ambiente, que analisou ações na pecuária e na recuperação florestal como parte da implementação da NDC brasileira. Quanto a pecuária, sugere-se a assistência técnica para a recuperação de áreas de pecuária e investimentos. Em termos de florestas, a eliminação do desmatamento ilegal requer implementação adequada das políticas públicas (por exemplo a regularização fundiária, a aplicação do Cadastro Ambiental Rural) e de incentivos econômicos que desestimulem o desmatamento e promovam externalidades positivas ligadas às florestas.

RESUMO DE COMENTÁRIOS E ENCAMINHAMENTOS

•Comentários das autoridades:

O Secretário Executivo, Alfredo Sirkis, reforçou a urgência de trabalhar mais intensamente, a curto prazo, em ações para conter o atual surto do desmatamento e cumprir o acordo traçado em Copenhague, antes mesmo da NDC brasileira, que é de reduzir as áreas desmatadas abaixo de 4000 km². Para tal sugeriu que os mecanismos econômicos, tanto em nível micro quanto macro econômico, serão necessários para desencorajá-lo e ser impactante na mitigação das emissões brasileiras. Um segundo foco



do trabalho são as áreas possíveis de reflorestamento. Seja através de plantios de biodiversidade ou com viés econômico, é indispensável investimento na recuperação das áreas.

Também se voltou para a importância da agricultura de baixo carbono, tendo a estratégia de converter o Plano Safra, que será o grande mecanismo de mitigação das emissões na agricultura, em um plano de grande escala como o Plano ABC. *Ressaltou a importância da participação de membros do MAPA na CT e sua preocupação de estabelecer diálogo mais intenso, o que será tentado por ele para próxima reunião.*

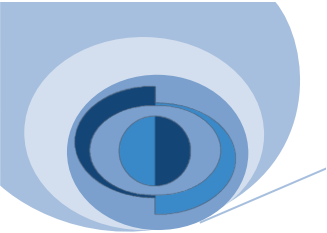
Finalmente, destacou a necessidade dos membros desta Câmara Temática de chegar em um consenso sobre as grandes ações que precisam ser feitas nesta área e, a partir daí, examinar uma série de pontos que possibilitariam transformá-las em ações concretas e visando implementá-las de forma que permaneçam tanto no governo atual, como nos futuros. Pensar se serão estabelecidas na forma de lei, decreto, portaria, ajuste entre agentes econômicos, entre outros. *Pipeline de ações concretas.*

• Destaques realizados pelos presentes:

- Numerosos participantes expressaram suas preocupações em torno dos estudos, com relação às *premissas* adotadas para desenvolver as suas modelagens. Os estudos, em geral, foram considerados muito otimistas quanto aos cenários examinados e, portanto, apontaram resultados muito promissores, se comparado à realidade do país.

- Outro aspecto levantado considerou os custos estimados para implementar as medidas de mitigação. Salientou-se a preocupação de onde buscar o financiamento para colocá-las em prática e qual será a estratégia do Fórum, bem como desta CT, diante do fato de ser necessário buscar recursos financeiros em meio à crise econômica do país.

- Preocupação com as premissas relativas ao cenário das florestas plantadas pois ele não apresenta uma expectativa de aumento de mercado/indústria consumidora tão promissora quanto aponta alguns estudos. Também salientou, dentro deste cenário, a necessidade de discutir os vários gargalos que envolvem as concessões florestais, bem



como elaboração dos planos de manejo, para torná-las mais atrativas a investimentos. *Recomendou-se contatar o coordenador da câmara de florestas plantadas do MAPA, Salomão. Está em desenvolvimento a inclusão da questão florestal, especialmente das florestas plantadas, dentro do Plano Safra. Convidá-lo para a próxima reunião.*

- Foi destacado que há claras áreas de convergência entre os estudos apresentados nesta CT, e em outras, do Fórum (preço de carbono que precisaria ser internalizado dentro da economia para viabilizar as medidas propostas, entraves e mecanismos de política pública que poderiam ser implementados para execução das diferentes opções de mitigação, sejam as mais custo-efetivas ou aquelas que constam no anexo da NDC, entre outros). Assim, foi proposto trabalhar em cima de dois cenários, um que levasse em conta todas estas áreas de convergência (assumindo a tomada de políticas públicas positivas às mitigações) e um outro que seria trabalhado baseado num cenário mais real.

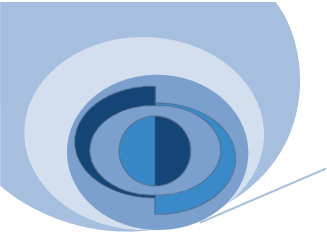
- Também se destacou o fato de que a implementação de uma série de medidas de baixo carbono também propicia receita. Assim, deve-se considerar o custo-benefício das ações, para ser possível ter uma percepção mais real do esforço econômico necessário, ou não, para implementação das diferentes medidas.

- Quanto ao Plano ABC, foi sugerido que a criação de um fundo constitucional poderia ser uma maneira mais fácil de introduzir um plano para a agricultura de baixo carbono do que iniciar um processo para transformar o Plano Safra. Além disso, o participante destacou a importância de incluir a irrigação no Plano ABC, pois tem grande potencial como instrumento de mitigação.

•Atualização do GT I Desmatamento e metas de 2020 facilitado por Virgílio Viana.

Terça-feira, dia 02 de maio, das 15 às 17 horas, será realizado o primeiro seminário online.

Construir em conjunto as questões pertinentes para o repique do desmatamento e pedir aos grupos que trabalham com as diferentes modelagens, responderem-nas, cada



qual usando suas premissas e cenários. Baseado nestas diferentes respostas, realizar um debate para definir as melhores ações.

•Atualização do GT III Offsets florestais na ICAO facilitado por Mariano Cenamo.

Realizada a primeira reunião presencial dia 26 de abril de 2017.

35 participantes aderiram ao GT.

Próxima reunião presencial será, a pedido dos participantes, na Amazônia. Data a definir.

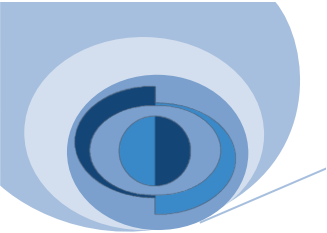
Grupo iniciou seus trabalhos buscando discutir, entre os membros, quais requerimentos serão aplicáveis, ou seja, vão definir o tipo de atividade que pode ser considerada elegível ao CORSIA (Carbon offsetting and Reduction Scheme for International Aviation). Bem como algumas premissas para que o CORSIA seja cumprido.

O GT gostaria de trazer alguns pontos de discussão, na próxima reunião da Câmara Temática, para esfera mais ampla de debate.

•Discussões e encaminhamentos práticos:

- Por consenso dos presentes, IMAFLORA assumiu, como facilitador, o GT II Agricultura de Baixo Carbono e Plano Safra. Com a saída do João Campari do MAPA o GT II tinha ficado sem representante.

- A Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura se disponibilizou a sistematizar os estudos relacionados à implementação da NDC indicados como referências pelos membros desta CT. A Coalizão não fará o levantamento, apenas reunirá os estudos existentes com base no material recebido pelos membros. Para realizar a compilação, foi elaborado um documentos no Google Forms que visa sistematizá-los. A Coalizão solicita que todos acessem o documento no link a seguir, e



respondam às perguntas solicitadas até dia **30 de maio**:

<https://docs.google.com/forms/d/1PonTYrceuW2uCX5hF9bOgb4AR2GWSEGaV93qh2zUHK/edit>

- IMAFLORA informou que, em parceria com o Instituto Escolhas e os professores Gerd Sparovek e Joaquim Bento da ESALQ/USP, realizou um estudo do custo do desmatamento e outras alternativas para mitigação de emissão, que averigua o custo de zerar o desmatamento no Brasil e os impactos para o país. Como o estudo está em fase de documentação eles se disponibilizaram a apresentar o estudo em alguma oportunidade que a CT, ou algum dos GTs, considere oportuna.

- Régis Rathmann se prontificou a contribuir na identificação das áreas de convergência entre os estudos, para que possa ser elaborado um cenário de estudo.

- Grupo de pesquisa CSR UFMG irá contribuir com informações e dados econômicos que já possuem para apoiar a elaboração de um cenário próximo à realidade.

- Sugestão que o Fórum produza ao longo dos trabalhos “policy papers”, ou seja, documentos de políticas públicas, recomendações, construídos de maneira consensual. Seria uma forma de disponibilizar contribuições aos governos a curto prazo.

- Realizar a reunião da Câmara Temática de julho na Amazônia, uma vez que muitos dos assuntos abordados dizem respeito à região.

- Próxima reunião da CT será realizada no fim de maio.

Para mais informações, entre em contato com: fbmc.secretaria@gmail.com